

4

O conceito de trabalho imaterial

A experiência do Operaísmo e Autonomia Operária se esgotou em fins da década de 1970. Por um lado, em razão da repressão levada a cabo pelas autoridades italianas e a prisão de diversos de seus membros, acusados de ações armadas como a participação no sequestro e morte do parlamentar Aldo Moro. Por outro lado, e principalmente, devido aos impasses surgidos a partir da própria dinâmica do movimento que já não dava conta de compreender as transformações pela qual passava a sociedade italiana.

A ofensiva das lutas operárias, que no caso da Itália se estendeu por duas décadas, colocou mais uma vez o capitalismo na berlinda, este mais uma vez precisava se adaptar à nova realidade do trabalho. A reação do capital foi rápida e brutal, as políticas neoliberais da primeira-ministra britânica Margareth Thatcher (1979-1990) e do presidente norte-americano Ronald Reagan (1981-1985; 1986-1989), imitadas por outros governos, lideraram o contra ataque, com desregulamentação do mercado financeiro, privatização de empresas estatais que prestavam serviços públicos e flexibilização de direito dos trabalhadores.

As transformações do capital desarticularam grande parte de suas críticas. Tornou-se urgente compreender a nova realidade do trabalho e as novas formas de acumulação capitalista.

O presente capítulo pretende apresentar o contexto das transformações para as quais o capital foi empurrado em razão das lutas operárias e discutir as questões que giram em torno das mutações do trabalho a partir da hipótese do trabalho imaterial, conceito proposto pela literatura pós-operaísta a partir da década de 1990, principalmente por Antonio Negri.

4.1

As transformações do capital

A ordem econômico-financeira mundial foi durante 26 anos regulada pelo acordo de Bretton Woods, segundo o qual, fundamentalmente, os Estados Unidos

deveriam manter o compromisso de oferecer ouro como lastro para o dólar, assegurando assim a estabilidade das transações internacionais. Desta forma se preservava também a ordem política confirmando a hegemonia dos Estados Unidos. Neste período, para a reconstrução das economias dos países europeus e do Japão, o Tesouro norte-americano inundou o mundo com dólares. Ao fim da década de 60, uma enorme quantidade de dólares encontrava-se depositada em bancos não americanos e passou a ser facilmente utilizada como instrumento de negociação financeira em diversas partes do globo.

Por outro lado, quando o processo de industrialização fordista se tornou um fenômeno mundial, em especial nas décadas de 1960 e 1970, alguns países capitalistas periféricos passaram por um surto de industrialização, o que os tornou competitivos em relação aos países de capitalismo dominante¹. Todo esse processo se deveu principalmente à presença das empresas transnacionais, que para aumentar a margem de lucro e ampliar mercados consumidores, se direcionaram aos Estados em que as regras de proteção aos trabalhadores eram mais flexíveis e a carga tributária mais suave. Progressivamente, estes países passaram a ter maior fatia nas exportações de produtos industrializados.

Já no início da década de 1970 havia um impasse. A segurança e estabilidade da economia mundial dependiam do domínio político e econômico dos Estados Unidos, mas ao mesmo tempo em que haviam sofrido uma significativa derrota militar na Guerra do Vietnã, a balança comercial gradativamente tornava-se menos favorável e os Estados Unidos passaram a sofrer com uma expressiva saída de capitais e dólares não repatriados.

Em agosto de 1971, o sistema monetário criado em Bretton Woods começou a ruir, quando o então presidente norte-americano Richard Nixon (1969-1973; 1973-1974) suspendeu a conversibilidade de dólar em ouro. O motivo era um risco bem real, a impossibilidade dos Estados Unidos honrarem o compromisso caso houvesse uma corrida para resgate de ouro. Em dezembro de 1971, um acordo internacional ampliou a variação das taxas de troca das moedas nacionais pelo dólar, passando para 2,25% o que antes era de 1% para cima ou

¹ Efeitos desse processo foram sentidos de forma profunda, por exemplo, pela cidade industrial de Detroit, no estado de Michigan – a *Motorcity* – centro da produção automotiva dos Estados Unidos e sede da Ford, General Motors e Chrysler, que a partir da década de 1960 entrou em declínio e perdeu expressão econômica e política no contexto norte-americano.

para baixo. Em fevereiro de 1973, houve uma nova desvalorização do dólar frente ao ouro. Por fim, em janeiro de 1976, representantes dos principais Estados-membros do FMI se reuniram em Kingston, na Jamaica, e aprovaram um acordo que reconheceu oficialmente o sistema de taxas de câmbio flutuantes e o ouro como mercadoria, não mais como moeda de liquidação.

A mundialização crescente da ordem econômico-financeira ultrapassou as fronteiras dos Estados nacionais num fluxo que não pode mais ser contido, ao passo que a queda dos ganhos de produtividade comprometeu o equilíbrio do sistema fordista entre produção e lucros elevados, altos salários e investimentos no *Welfare State*. O sistema se deteriorou rapidamente até alcançar o colapso na década de 1980.

Para Eric Hobsbawm os vinte anos após 1973 representaram um período em que o mundo passou da instabilidade à crise, “Décadas de Crise”, como optou por denominar².

Sobre este período alguns aspectos se destacaram. Em primeiro lugar, o processo de produção se transformou exigindo uma maior capacidade de variar a produção em menor espaço de tempo, o que se tornava possível em parte devido aos avanços tecnológicos, particularmente robotização, comunicação e transporte, em parte por novas técnicas gerenciais *just-in-time*, que permitiam a manutenção de estoques menores e produtos para padrões de consumo mais especializados.

Consolidou-se também o processo de globalização. A partir de então, mesmo os países mais desenvolvidos não mais podiam gerir suas economias sem ter em conta o mercado externo, provocando a um só tempo desregulamentação da economia no âmbito dos Estados e facilitação para crescimento do mercado financeiro mundial. Por esse viés o capital engordou, os países do mundo capitalista desenvolvido encontravam-se no fim da década de 1980 mais ricos que no início da década de 1970 e a economia global ainda mais dinâmica³.

Por outro lado, reapareceram problemas que haviam desaparecido no pós-guerra com as políticas keynesianas: o desemprego em massa e estrutural, a pobreza, a miséria, a instabilidade, o aumento das desigualdades social e

² HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. Rev. Maria Célia Paoli. 2 ed. 48ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2012. p. 393ss.

³ HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. Rev. Maria Célia Paoli. 2 ed. 48ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2012. p. 395.

econômica. Mesmo nos países de capitalismo dominante, onde o sistema de proteção social é em regra mais amplo, houve um expressivo aumento da pobreza. O patamar de desenvolvimento social claramente recuou.

Ao longo deste período, segundo Hobsbawm, tornou-se cada vez mais nítido que os dispositivos criados pelo sistema capitalista para ordenação do mercado não funcionavam mais, “ninguém sabia mais o que fazer em relação aos caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-la”⁴.

Sintomática foi a batalha travada entre keynesianos e neoliberais. Para os primeiros a política do pleno emprego e da criação de demanda efetiva através de altos salários e do estado de bem estar social continuava a ser o melhor meio de superar os períodos de recessão. Para os últimos, essa política impedia o controle da inflação, ampliava gastos públicos e limitava governo e empresas privadas na sua capacidade de reduzir custos.

Pressionados pela inflação e também pelo colapso do estado planificado na experiência do “socialismo real”, os keynesianos perderam terreno e as políticas ultraliberais tornaram-se dominantes. De forma cada vez mais incisiva, o FMI e o Banco Mundial, supridos de fundos pelo capital financeiro com sede nos países de capitalismo dominante, passaram através de empréstimos a exercer pressão para implantação de medidas neoliberais nos países periféricos e do antigo bloco socialista, cada vez mais frágeis economicamente e dependentes desse financiamento.

Segundo Hobsbawm, a tragédia histórica das “Décadas de Crise” foi a instalação de um novo sistema de produção que visivelmente dispensava seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado demandava novos empregos, somado a isso havia o domínio da ideologia neoliberal de livre mercado que acelerava a competição global em torno de formas empresariais em busca da maximização dos lucros e o aperto financeiro dos governos, anteriormente provedores do estado de bem estar social e maiores empregadores individuais. Marcadamente, a economia mundial se expandia, mas o mecanismo automático pelo qual essa expansão gerava emprego havia desabado⁵.

⁴ HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. Rev. Maria Célia Paoli. 2 ed. 48ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2012. p. 398.

⁵ HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. Rev. Maria Célia Paoli. 2 ed. 48ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2012. p. 404.

Alguns aspectos da análise de Hobsbawm encontram ressonância na obra de Luc Boltanski e Ève Chiapello. Estes últimos, contrários à ideia de “Décadas de Crise”, sustentam que as décadas de 1980 e 1990, foram anos de capitalismo regenerado, em oposição às condições da sociedade que se degradaram rapidamente.

As décadas de 1980 e 1990, afirmam os autores, foram uma fase de *capitalismo florescente*⁶, durante esse período o capital teve múltiplas oportunidades de investimento, com oferta de taxas de lucros em regra mais elevadas que em épocas anteriores. Ainda que o crescimento tenha se mantido desacelerado, os rendimentos do capital se elevaram e a desregulamentação dos mercados financeiros aumentou as possibilidades de lucros puramente especulativos sem passar pela produção. Por outro lado, a carga tributária e as normas que asseguravam direitos trabalhistas e sociais foram flexibilizadas.

O capital se multiplicou, mas em sentido oposto a sociedade se empobreceu. Boltanski e Chiapello se referem aqui ao aumento do desemprego, à degradação do poder aquisitivo, à precarização do trabalho, com o significativo desmonte do estado de bem estar social e a consequente redução do salário social. O que se viu foi o crescimento das desigualdades e irrupção da miséria no espaço público seguido de um forte sentimento de insegurança⁷.

Se as décadas de 1960 e 1970 foram um período de intensa crítica, ao mesmo tempo crítica de feição marxista e reivindicações múltiplas com apelo à criatividade, ao prazer, poder da imaginação e liberdade para todas as dimensões da existência, do qual *Mai de 1968* foi a expressão mais viva, nas duas décadas seguintes as resistências drasticamente recuaram e a crítica não acompanhou a reorganização do capitalismo.

O desafio tornou-se, então, construir dispositivos críticos que pudessem ir além da pura e simples indignação, livre dos fatalismos e ao mesmo tempo não passassem por uma utopia de retorno ao passado idealizado dos Estados e mercados nacionais e do planejamento estatal.

⁶ BOLTANSKI, L.; CHIAPELO, E. *O novo espírito do capitalismo*. Trad. Ivone C. Benedetti. Rev. Brasília Sallum Jr. São Paulo; WMF Martins Fontes, 2009. p. 20.

⁷ BOLTANSKI, L.; CHIAPELO, E. *O novo espírito do capitalismo*. Trad. Ivone C. Benedetti. Rev. Brasília Sallum Jr. São Paulo; WMF Martins Fontes, 2009. p. 24.

4.1.1

Do Fordismo ao Pós-fordismo

Nas décadas de 1980 e 1990, novas técnicas e novas formas de organização da produção puseram fim ao ciclo de desenvolvimento das grandes fábricas tayloristas e ao regime salarial fordista, causando um verdadeiro processo de desindustrialização e reestruturações que ameaçou até mesmo as corporações mais poderosas.

A superação do fordismo engendrou um período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político resultando no que David Harvey optou por chamar de regime de “acumulação flexível”, opondo-o à rigidez do regime de produção fordista. A “acumulação flexível” se apoia, segundo ele, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, com o surgimento de setores inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional⁸.

o mais interessante na atual situação é a maneira como o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional.⁹

Dois movimentos são fundamentais neste processo de mutação. Em primeiro lugar, o papel que a informação, o saber e a comunicação passaram a desempenhar no sistema produtivo. As informações precisas e atualizadas tornaram-se mercadorias muito valorizadas. O acesso à informação e sua rápida possibilidade de processamento são elementos fundamentais para a sobrevivência das empresas num mercado constituído a partir de um perfil especializado, “a ênfase na informação também gerou um amplo conjunto de consultorias e serviços altamente especializados capazes de fornecer informações quase que minuto a

⁸ HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007. p. 140.

⁹ HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007. p. 151.

minuto sobre tendências de mercado de tipo de análise instantânea de dados úteis para as decisões corporativas”¹⁰.

O modelo de “acumulação flexível” implica em acesso ao conhecimento técnico e científico e ao controle dos veículos de propaganda, de formação da opinião pública e gostos de consumo. Os rápidos meios de informação, comunicação e transporte associados às inovações científicas e tecnológicas possibilitaram criar um sistema de produção flexível em que a economia de escala pode ser substituída por uma economia de escopo, com produção em pequena escala e sem estoques, com produtos variados para diversos nichos de mercados altamente especializados. Houve também aceleração do consumo com o investimento na estética promovido pelo *marketing* e *design*. Todos esses mecanismos reuniram o início da produção com a ponta do consumo.

O segundo desenvolvimento que Harvey afirma ser fundamental é a completa reorganização do sistema financeiro global e a emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira. Segundo afirma, “depois dos traumas de 1971, foi a pressão pela desregulamentação nas finanças que adquiriu impulso nos anos 70 e, por volta de 1986, engolfou todos os centros financeiros do mundo”¹¹.

Além dos planos comunicacional-tecnológico e econômico-financeiro, os planos político, cultural e social se entrelaçaram nestas transformações. Na globalização política emergiu a polêmica em trono da crise do Estado-nação e do novo imperialismo, reflexo da necessidade dos espaços econômicos se ampliarem para além das fronteiras dos Estados nacionais. O processo de mundialização cultural, que se expande de forma cada vez mais opressiva, é acusado de descaracterizar as culturas locais em nome de uma padronização, principalmente a partir da indústria norte-americana de entretenimento, paralelo ao plano social, em que as questões giram em trono da destruição dos modos de vidas locais e a criação de um padrão global de consumo¹².

¹⁰ HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007. p. 151.

¹¹ HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007. p. 152.

¹² Esses cinco níveis distintos de globalização são discutidos por Frederic Jameson no artigo *Globalização e estratégia política*, In. Novos Estudos CEBRAP, n°61, Nov. 2001, pp. 3-19.

Embora necessariamente existam pontos em comum entre a hipótese de “acumulação flexível” de Harvey e a leitura pós-operaísta na análise a respeito das transformações pelas quais passou a regime de produção capitalista, esta última preserva sua originalidade.

Para os pós-operaístas, as transformações no modo de produção capitalista vão além de uma reengenharia das atividades da indústria, vão além da produção especializada, do controle de estoques, da gestão de qualidade, da aplicação de tecnologia. O que ocorreu nessa mudança de paradigma foi *a passagem para as atividades imateriais*.

Nessa linha, Christian Marazzi defende a transformação fundamental do processo de valorização. O que se torna a essência do processo de agregar valor são os dispositivos de informação e comunicação, como o *desing* do produto, o *marketing* e a propaganda para criar o desejo de consumo, e principalmente o potencial criativo do trabalho. O Pós-fordismo é o reino dos bens ou atividades intangíveis. Isto faz com que o capital fixo, isto é, matéria-prima e maquinaria, perca importância na determinação do valor.

O novo capital fixo, a nova máquina que comanda o trabalho vivo e faz o operário produzir, perde a sua característica tradicional de instrumento de trabalho fisicamente individualizável e localizável para tender cada vez mais para, para dentro do cérebro e da alma do trabalhador (*sic*).¹³

Pela cooperação criativa dos trabalhadores, uma espécie de “cognitariado”, a produção ocorre em uma cadeia de símbolos¹⁴, e não mais na linha de montagem tangível. Marazzi refere-se, então, a um “maquinário sociocultural”, a um “capital cognitivo”, que ao entrar em contato com o trabalho vivo produz riqueza¹⁵.

¹³ MARAZZI, C. *O lugar das meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política*. Trad. Paulo Domenech Oneto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 99.

¹⁴ Fazendo alusão a Alvin Toffler, Marazzi refere-se a um capital “supersimbólico”: “Dado que um título acionário é um símbolo de propriedade (de uma parte do lucro da empresa), e dado que o capital que a ação representa é, por sua vez, um conjunto de símbolos da ‘capacidade de se produzir riqueza’, assiste-se a uma proliferação de símbolos que remetem uns aos outros como espelhos, distanciando-se ao infinito.” MARAZZI, C. *O lugar das meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política*. Trad. Paulo Domenech Oneto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 96.

¹⁵ MARAZZI, C. *O lugar das meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política*. Trad. Paulo Domenech Oneto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 101.

Muito distante da disciplina taylorista, o trabalho apresenta-se como capacidade de intervenção, imaginação, criatividade, linguagem e cooperação do trabalhador, habilidades que dele são inseparável e independem do capital.

Essa nova realidade do trabalho conduz a uma drástica transformação no processo de valorização. A determinação do valor econômico do produto deixa de ter medida quantitativa, não importa mais o tempo de produção e o espaço da fábrica, vive-se a partir daí a “crise da medida”. Na tradição da economia clássica incorporada por Marx, valor é quantidade de trabalho contido na mercadoria. A nova realidade do trabalho traz critérios incomensuráveis para a questão do valor econômico, o valor depende não mais do tempo cronológico, mas do investimento da subjetividade do trabalhador, suas experiências de vida, o contexto histórico e cultural que partilha com os demais, as relações de poder em que está imerso.

a quantidade de tempo pode ser igual, pode incluir no limite até mesmo o tempo de formação que se faz necessário para a especialização em determinadas tarefas, mas na mesma unidade de medida há vivências subjetivas e histórias totalmente diferentes.¹⁶

De modo semelhante Giuseppe Cocco aborda a questão da medida do valor e um de seus relevantes desdobramentos, a questão da valorização financeira.

O que atribui, afirma Cocco, o novo poder do dinheiro no processo de financeirização não são as técnicas ou políticas monetárias em si, mas a *nova qualidade do trabalho*, esta nova dinâmica produtiva não se submete mais aos critérios tradicionais de medida.

O novo “modo de ser” da riqueza contemporânea não se deve a uma guinada antiprodutiva do capital, mas é o único meio que lhe resta para tentar retomar o controle sobre um trabalho cujas dimensões produtivas independem, cada vez mais, de sua submissão ao capital produtivo e a seu chão fabril¹⁷.

Desta forma, para superar o impasse da oposição entre o financeiro e o produtivo é preciso que se abandone a tradicional medida de valor por hora de

¹⁶ MARAZZI, C. *O lugar das meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política*. Trad. Paulo Domenech Oneto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 83.

¹⁷ COCCO, G. *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 34.

trabalho. A mudança de paradigma do Fordismo ao Pós-fordismo é a chave para compreensão da “crise da medida”.

Segundo Cocco, o elemento central do Fordismo é a forma pela qual se desenvolveu o conflito capital e trabalho na dinâmica de distribuição dos ganhos de produtividade entre acumulação e salários, combinada com a dinâmica de produção e consumo de massa em mercados autocentrados¹⁸. O Estado “fordista”, afirma ele, não foi resultado de um período de prosperidade baseado na ausência do conflito, ao contrário, manteve seu dinamismo ao fazer do conflito de classes o motor do seu desenvolvimento, integrou a crise à dinâmica de produção, daí ser possível usar o termo “Estado-crise”.

A crise da regulação fordista, “crise do Estado-crise”¹⁹, se deveu ao fato de ser o sistema cada vez menos capaz de integrar o conflito sem repassar suas tensões para as relações de preços, causando um aumento das taxas de inflação, ao mesmo tempo em que as economias autocentradas não eram mais capazes de sustentar o processo de acumulação, o que impôs a abertura dos mercados à concorrência externa. Outro movimento da crise ocorreu com a saturação dos mercados dos bens de consumo de massa, passando ao perfil de maior sofisticação das escolhas aquisitivas. Nesse cenário de crise a produção passou a exigir maior agilidade e uma forte amarração entre produção e consumo.

Sob o marco dessas determinantes, Cocco propõe a análise da crise do Fordismo em uma abordagem subjetiva partindo de dois fenômenos distintos. O primeiro, por parte do capital, foi a busca de maior flexibilidade para ampliar ganhos de produtividade e reduzir custos e a tentativa de restabelecer a autoridade para a organização do trabalho, especialmente através da automatização e descentralização da atividade produtiva. Um segundo movimento resultou da desvalorização do trabalho da fábrica e se expressou através de uma “fuga da fábrica”, principalmente pela força de trabalho mais qualificada, e da heterogeneidade dos movimentos sociais, com a crescente demanda por novas

¹⁸ COCCO, G. *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*. 2 ed. São Paulo; Cortez, 2001. p. 63.

¹⁹ COCCO, G. *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*. 2 ed. São Paulo; Cortez, 2001. pp. 78-80.

formas de ordenação social que pudessem incluir a defesa dos interesses das mulheres, estudantes, homossexuais, pacifistas, ambientalistas, etc²⁰.

O deslocamento do paradigma fordista ao pós-fordista desenvolve-se em dois eixos. Primeiro, a desterritorialização, uma vez que a produção não se dá mais no espaço da fábrica e sim na cooperação criativa em todo o tecido social. Segundo, a reorganização empresarial, uma nova forma de organização empresarial em torno da comunicação, informação e inovação que propiciou o crescimento de empresas de alta tecnologia e do setor de serviços.

O novo território é o trabalho imaterial. O trabalho que se recompõe como “um trabalho flexível, polifuncional, que não é mais um recurso específico de uma combinação fabril determinada, mas um recurso geral do território, do tecido social e cooperativo dos próprios fluxos comunicativos que se tornam produtivos”²¹.

4.1.2

Da fábrica à empresa

O Pós-fordismo marca a passagem da fábrica à empresa como unidade produtiva.

A fábrica se organizava a partir das coordenadas espaço-tempo, o espaço físico da fábrica, o local onde estava instalada, e o tempo cronológico da jornada de trabalho. As indústrias tayloristas ordenavam a cidade em torno de si, os moradores da região trabalhavam na fábrica e constituíam seu contingente de mão de obra, as estruturas de comunicação, transporte e outros serviços se destinavam a atender a produção fabril. Por outro lado, por serem unidades produtivas dependentes de matrizes energéticas como carvão ou petróleo, em regra altamente poluentes, as indústrias levavam à degradação do próprio meio em que se instalavam.

Na fábrica havia o trabalho de grande número de operários, cada qual em seu posto para executar suas atividades repetidamente e que sofriam poucas

²⁰ COCCO, G. *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*. 2 ed. São Paulo; Cortez, 2001. p. 83.

²¹ COCCO, G. *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*. 2 ed. São Paulo; Cortez, 2001. p. 90.

mudanças ao longo do tempo. Em que pese a dependência da indústria de todo maquinário e aparato técnico, as transformações tecnológicas ocorriam de modo gradual, não dispensavam a mão de obra do empregado e não implicavam em processo criativo algum. A organização do tempo da fábrica era disciplinar: entrada e saída dos operários em horário fixo e determinado por turnos, intervalos programados, onde o ritmo de trabalho era definido pela velocidade da linha de montagem. O tempo não poderia ser desperdiçado com distrações e conversas, por isso os operários estavam organizados de forma hierarquizada, o que assegurava fossem mantidos sob o olhar do supervisor ou inspetor.

A empresa pós-fordista se organiza de forma inteiramente diversa²². Reduziu seu tamanho em número de empregados e espaço físico ocupado pelas unidades produtoras. A empresa ocupa espaço físico reduzido, pois se instala de fato no ciberespaço, através de uma rede de relações virtuais.

Boltanski e Chiapello destacam o papel do discurso empresarial como fonte de legitimação da nova configuração do capitalismo a partir dos anos 1990. Primeiro aspecto apontado pelos autores é a crítica feroz à burocracia e consequente banimento da hierarquia como forma de coordenação em todos os níveis e postos. Os fundamentos dessa crítica são, por um lado, a recusa geral da relação de dominantes-dominados, por outro, a elevação da escolaridade em

²² Gilles Deleuze, em *Post scriptum sobre as sociedades de controle* – artigo datado de 1990, um texto curto, mas bastante denso – apontou alguns aspectos da discussão que àquela época ganhavam relevo em torno das transformações do capitalismo contemporâneo. Retomando o fio da meada deixado por Foucault, Deleuze afirma que nas sociedades contemporâneas se verifica a passagem da disciplina para o controle: "trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar pessoas até a instalação das novas forças que se anunciam". Deleuze apresenta os confinamentos da disciplina como moldes, ao passo que o controle é uma modulação, uma espécie de fluxo contínuo que forma e deforma num permanente processo de produção de subjetividade. Segundo Deleuze, "numa sociedade de controle a empresa substituiu a fábrica, e a empresa é uma alma, um gás. Sem dúvida a fábrica já conhecia um sistema de prêmios, mas a empresa se esforça mais profundamente em impor uma modulação para cada salário, num estado de perpétua metaestabilidade, que passa por desafios, concursos e colóquios extremamente cômicos. (...) A fábrica constituía os indivíduos em um só corpo, para a dupla vantagem do patronato que vigiava cada elemento da massa, e dos sindicatos que mobilizavam uma massa de resistência, mas a empresa introduz o tempo toda uma rivalidade inexprimível como sua emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo." Cf. DELEUZE, G. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. pp. 219-226. Em texto mais recente Maurizio Lazzarato aprofunda o exame dos dispositivos do controle no capitalismo contemporâneo. Cf. LAZZARATO, M. *Sujeição e servidão no capitalismo contemporâneo*. In: *Cadernos de Subjetividade*. 2010. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. pp. 168-179.

especial dos jovens que começavam a ingressar massivamente no mercado de trabalho e não mais se sujeitavam às relações hierarquizadas.

A crítica à burocracia da fábrica veio acompanhada do ataque à planificação da atividade considerada como responsável pela grande rigidez na organização produtiva. A literatura da gestão empresarial assume como centro o tema da organização flexível e inventiva como instrumento para lidar com a concorrência.

Segundo Boltanski e Chiapello, as inovações administrativas na empresa passam a ter como ideias-chaves “empresa *enxutas* a trabalharem *em rede* com uma multidão de participantes, uma organização do trabalho em equipe, ou *por projetos*, orientada para a satisfação do cliente, e uma mobilização geral dos trabalhos graças às *visões* de seus líderes”²³.

O modelo de gestão da empresa enxuta (*lean production*) dominou o sistema de produção a partir do início dos anos 1990. O conjunto dos novos métodos de produção, em parte inspirados no regime das empresas japonesas reunidos sob o título “toyotismo”²⁴, organiza-se em torno da produção *just-in-time*, ou seja, produção sob medida para o mercado, com a finalidade de evitar o acúmulo de estoques como ocorria no modelo fordista da produção em massa; da qualidade total e processo de melhoramento contínuo, destinado à atender as exigências do mercado voltado para um consumo mais específico, com diversos perfis e faixas de poder aquisitivo; de equipes autônomas para assegurar maior

²³ BOLTANSKI, L.; CHIAPELO, E. *O novo espírito do capitalismo*. Trad. Ivone C. Benedetti. Rev. Brasília Sallum Jr. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 102. (grifos no original)

²⁴ A origem japonesa do modelo que por isso ficou conhecido como “toyotismo” é justificável em razão das particularidades e dos percalços enfrentados pelas indústrias japonesas na segunda metade dos anos 1940 e na década seguinte. Como aponta Marazzi, a produção industrial japonesa teve que se adequar a um mercado de consumo restrito, pois com a política internacional do pós-guerra, o Japão viu-se constrangido quanto à disputa por mercado. Por outro lado, no caso específico da Toyota, a fábrica passou por uma crise financeira em 1949, principalmente em razão da política de austeridade levada a cabo pelo governo japonês em 1948, essa conjuntura fez com que passasse às mãos de um grupo bancário que exigiu redução do número de empregados e adaptação da produção à demanda para que não houvesse perda com excedentes de produção. Na década de 1950, a Toyota passou por três períodos de greve, em 1950, 1952 e 1953. A derrota do movimento grevista enfraqueceu o sindicato, iniciou-se, então, um processo bem sucedido para forjar uma classe operária não vinculada à luta sindical, mas ao “espírito” da empresa. Assim, quando a austeridade econômica, financeira e fiscal foi adotada como política neoliberal nos Estados Unidos e na Europa e o mercado de consumo se contraiu em razão das perdas salariais, o modelo da Toyota serviu como uma luva para lidar com a crise do Fordismo. MARAZZI, C. *O lugar das meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política*. Trad. Paulo Domenech Oneto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 20-22.

flexibilidade no trabalho interno, permitindo a variação da produção não só em volume, mas também em modo de produzir.

No modelo da empresa enxuta, os trabalhadores se tornam *colaboradores* organizados em pequenas equipes multidisciplinares. O quadro permanente da empresa é bastante reduzido, em regra será composto de setor de desenvolvimento e pesquisa, de *marketing* e, por vezes, setor jurídico, além da administração que precisa ser desburocratizada. Esses setores são estratégicos para o modelo gerencial, o primeiro trata do desenvolvimento e pesquisa dos produtos para atender ao mercado, o produto que incorpora maior tecnologia e está alinhado às exigências do mercado é aquele que vencerá a concorrência; o setor de propaganda e *marketing* é responsável pela imagem do produto, por manipular símbolos e criar o universo do consumo. O corpo jurídico da empresa por sua vez é o responsável pela defesa da propriedade, na produção pós-fordista a propriedade que tem mais valor para a empresa é a propriedade imaterial, como a marca ou o *desing* do produto.

A empresa se organiza, assim, de uma forma minimalista e ao mesmo tempo bastante complexa, há um “núcleo enxuto rodeado por uma miríade de fornecedores, serviços terceirizados, prestadores de serviços e trabalhadores temporários que possibilitam variar os efetivos segundo a atividade”²⁵, enfim, todo um corpo de profissionais que passa a trabalhar para desenvolver projetos determinados.

Supondo ausência de divisões hierárquicas, a organização do grupo de trabalho é feito pelo *líder* e suas *visões*. Na gestão empresarial a relação entre “líder” e “colaboradores” é de *confiança* e não de autoridade. O “líder” é aquele que consegue a adesão dos outros, seu papel é dar sentido à atividade empresarial para toda a equipe, de tal forma que cada um deve saber o que fazer sem precisar receber ordens.

A gestão empresarial deve se estruturar em torno de um planejamento e um projeto de metas para otimização do trabalho e redução de custos, mas esse plano de trabalho precisa ser bastante flexível para adaptação imediata ao mercado.

²⁵ BOLTANSKI, L.; CHIAPELO, E. *O novo espírito do capitalismo*. Trad. Ivone C. Benedetti. Rev. Brasília Sallum Jr. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 103.

A empresa pós-fordista desfez a vinculação com o espaço e com o tempo. As tecnologias da comunicação e informação permitem o trabalho em conjunto independentemente da localização no mesmo espaço físico. Essa mesma tecnologia possibilita que a atividade ocorra de forma contínua, sem se falar mais em jornada de trabalho.

Esses aspectos de gestão existem de fato na organização da empresa quando ela é capaz de criar para seus “colaboradores” – empregados, terceirizados, prestadores de serviços, etc. – um universo próprio em que possam trabalhar, uma dimensão em que os trabalhadores sejam capazes de incorporar o “espírito da empresa”²⁶.

4.2

O conceito de trabalho imaterial

No contexto das transformações socioeconômicas e políticas, o conceito de trabalho imaterial foi construído como hipótese para análise crítica das mutações do trabalho, em especial por Antonio Negri, sofrendo a influência direta da literatura operaísta. A construção do conceito gira em torno da centralidade das lutas, agora não mais operárias, mas lutas biopolíticas. Ao mesmo tempo, o conceito de trabalho imaterial traz em si a afirmação da liberação do trabalho em relação ao “chão da fábrica” e a reivindicação de cooperação criativa.

Por trabalho imaterial compreende-se o conjunto das atividades intelectuais, comunicativas, afetivas, expressas pelos sujeitos e pelos movimentos sociais que conduzem à produção²⁷. O aspecto central do conceito de trabalho imaterial é a *cooperação*. A atividade produtiva ocorre em redes e será tanto maior quanto mais democráticas, descentralizadas e não hierarquizadas forem essas redes de cooperação criativa.

No Pós-fordismo, o papel de organização da atividade pelo capital como pressuposto para a produção perde importância, a intervenção do capital com suas

²⁶ A constituição de um “espírito da empresa” não faz dela um local melhor do que a fábrica para trabalhar. Na verdade, ocorreu uma transformação dos dispositivos de exploração que através desse “alma” insidiosa passaram a ocupar todo o tempo da vida do trabalhador. Sobre a exploração do trabalhador imaterial remetemos o leitor ao item 4.3.4 deste capítulo.

²⁷ NEGRI, A. *Cinco lições sobre império*. Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 92

estratificações e hierarquias, pelo contrário, pode significar a diminuição da criação e inovação e com isso queda da produtividade.

O trabalho imaterial envolve de imediato a interação e a cooperação sociais. Em outras palavras, o aspecto cooperativo do trabalho imaterial não é imposto e organizado de fora, como ocorria em outras formas anteriores de trabalho, mas *a cooperação é totalmente imanente à própria atividade laboral*. Este fato põe em questão a velha noção (comum à economia clássica e a economia política marxista) segundo a qual a força de trabalho é concebida como “capital variável”, isto é força ativada e tornada coerente apenas pelo capital, porque os poderes cooperativos da força de trabalho (particularmente da força de trabalho imaterial) dão ao trabalho a possibilidade de se valorizarem (*sic*).²⁸

O trabalho imaterial cria produtos imateriais, intangíveis, como conhecimento, informação, comunicação, relações afetivas e produtos do gênero. Mas é fundamental compreender que o que caracteriza a dimensão imaterial não é o produto, mas o trabalho desenvolvido no processo produtivo.

O trabalho imaterial se desdobra em duas formas fundamentais. A primeira como trabalho cognitivo ou intelectual, que remete a soluções de problemas, tarefas simbólicas e analíticas e expressões linguísticas, produzindo ideias, símbolos, códigos, discurso e outras formas linguístico-comunicativas. A segunda forma fundamental é o trabalho afetivo que produz ou manipula afetos como a sensação de bem estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão²⁹.

Na forma de trabalho intelectual-comunicativo, as atividades são voltadas para soluções de problemas, tarefas simbólicas e analíticas e expressões linguísticas, para produção ideias, símbolos, códigos, discurso. As forças produtivas determinantes exprimem-se através de dois elementos-chave: intelecto e linguagem.

Não se trata apenas da inteligência de um indivíduo, nem mesmo da reunião de conhecimentos adquiridos pela espécie humana, mas de um intelecto geral compreendido aqui como faculdade de pensar, de abstração e autorreflexão do gênero humano. De forma semelhante, a competência linguística tem aqui duas faces, por um lado, o que se espera do trabalhador é o seu próprio atuar comunicativo, informal, flexível, por outro lado, trata-se de submeter à produção

²⁸ HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Trad. Berilo Vargas. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 315 (grifos no original).

²⁹ HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Trad. Clóvis Marques. Rev. Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 149.

capitalista a faculdade genérica da linguagem, o “ter-linguagem” da espécie humana³⁰.

Na consolidação da tendência comunicativa-informacional a inclusão das novas tecnologias no processo produtivo é essencial, “máquinas interativas e cibernéticas tornaram-se uma nova prótese integrada a nossos corpos e mentes”³¹. A universalização do uso dos computadores é exemplo disso. Para a produção capitalista sempre se desenvolveram inúmeras ferramentas e maquinário, esses equipamentos, contudo, destinavam-se à execução de uma atividade específica, o computador, ao contrário, é uma máquina de manuseio de símbolos que opera como uma espécie de ferramenta universal, com múltiplas funcionalidades, é utilizado na indústria, na agroindústria, na prestação de serviços e principalmente no uso pessoal.

O trabalho afetivo, como segundo tipo de trabalho imaterial, articula corpo e mente do trabalhador, para produzir encontros onde as afecções do corpo possam favorecer as paixões alegres, como sensações de prazer, satisfação e bem estar. Aqui a noção de afeto, como expressamente afirmam Hardt e Negri, deriva das proposições da ética de Spinoza³².

É trabalho afetivo, por exemplo, aquele realizado pelo profissional da área de saúde. O cuidado do enfermeiro para com o doente deve de tal modo favorecer o amor pela vida que ao fim do tratamento possa produzir cura. O trabalho do educador é trabalho afetivo, além de comunicativo e simbólico, isto porque o ensino e aprendizagem não podem reduzir a dimensão afetiva do processo de educação, é a relação de confiança entre professor e aluno que permite levar adiante um processo criativo de educação. O trabalho afetivo envolve de modo especial uma gama de serviços anteriormente realizados no seio da família, como o cuidado das crianças, dos idosos, dos deficientes e doentes, além dos mais variados serviços, de restaurantes a lavanderias.

³⁰ VIRNO, P. *Gramática da multidão*: para uma análise das formas de vida contemporâneas. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/54970905/Gramatica-Da-Multidao-Paolo-Virno>. Acesso em: 20 fev. 2013.

³¹ HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Trad. Berilo Vargas. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 312

³² Na nota ‘9’, da parte 2, Hardt e Negri afirmam expressamente que “nossa noção de afeto deriva primordialmente de Baruch Spinoza, *Ethics*, Parte III.” In. HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão*: guerra e democracia na era do império. Trad. Clóvis Marques. Rev. Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 467.

Um teste de realidade é proposto por Hardt e Negri como meio de prova para a hipótese do trabalho imaterial. Como ressaltam os autores, não se trata de uma confirmação em termos quantitativos, pois embora hegemônico como processo de valorização da produção pós-fordista, o trabalho imaterial ainda representa uma minoria no trabalho global. Propõem um processo de validação sob a forma de *tendência*³³. A primeira é a tendência de emprego. Os postos de trabalho criados para realizar atividades imateriais já são maioria nos países de capitalismo dominante, principalmente no que se refere ao setor de serviços e outras áreas como empresas de pesquisa e desenvolvimento de produtos ou a indústria do entretenimento. A migração para países periféricos da atividade industrial para produção em massa de bens materiais só faz confirmar a hegemonia do trabalho imaterial.

A segunda tendência apontada por Hardt e Negri é a transformação qualitativa de outras formas de trabalho a partir do paradigma imaterial, a atividade industrial, por exemplo, introduziu os elementos cognitivos no processo de fabricação de bens materiais com a robotização, tecnologias de informação e comunicação. Nos setores industrial e agrícola verifica-se a preocupação com a imagem social de produção com responsabilidade ambiental, a autossustentabilidade da atividade fabril e da produção de alimentos e expressões sociais do gênero.

A terceira tendência é a importância da propriedade imaterial. Ela engloba a propriedade intelectual e os direitos de personalidade, como o direito à imagem, direito à voz, liberdade de criação, etc. A propriedade intelectual é comumente dividida em direitos autorais e conexos e a propriedade industrial. Os direitos autorais têm como fundamento o ato de criação, ou seja, uma expressão formal e estética, já a propriedade industrial refere-se a marcas, patentes e desenhos industriais.

O debate em torno da proteção à propriedade imaterial é sintomático dessa tendência. Como afirmam Hardt e Negri, a propriedade privada sempre teve que conviver com a ameaça de roubo, falsificação, destruição, sabotagem e outras formas de transgressão, por isso sempre precisou da proteção policial. Ao escapar da base material, a propriedade precisa ser protegida de maneira diversa, mas essa

³³ HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Trad. Clóvis Marques. Rev. Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 157.

questão é complexa, pois a propriedade imaterial tem tanto mais valor quanto mais intensa sua circulação, suas conexões ou sua reprodução.

Os programas de computador e os bancos de dados, por exemplo, tornam-se vulneráveis à destruição e à corrupção por causa da interligação generalizada dos sistemas de computador. (...)

Um problema de segurança mais grave que a destruição ou corrupção de propriedade imaterial através de conexões é a reprodutibilidade, que não ameaça a propriedade em si, mas simplesmente destrói seu caráter privado. Muitas formas de reprodução ilícita de produtos imateriais são perfeitamente óbvias e simples – reproduzir textos escritos, programas de computador ou produtos de áudio e vídeo. (...) *A reprodutibilidade que as torna valiosas é exatamente o que ameaça seu caráter privado.*³⁴

A quarta tendência a confirmar a tese do trabalho imaterial é a predominância da forma de produção disseminada em rede. As redes assumem contemporaneamente a forma de organização da produção manifestando-se através de relações cooperativas e comunicativas, é assim, por exemplo, com a pesquisa científica que avança a partir de grandes redes de cooperação entre centros de pesquisa e laboratórios. Na atualidade, a descoberta não emerge do trabalho de um pesquisador, ou mesmo de um único laboratório, aparece a partir da troca de conhecimento produzido em diversos centros, projetos conjuntos, combinação de resultados, inúmeras publicações, colaborações, etc. É assim com as redes sociais como o *facebook*, onde o usuário cria seu “perfil” e pode convidar ou aceitar o convite de “amigos”, de tal forma que o processo de valorização será tanto maior quanto mais intenso for o movimento de compartilhamento entre os usuários. A organização do trabalho em rede está por toda parte, formas militares, empresariais, movimentos sociais, modelos de migração, sistemas de comunicação, estruturas fisiológicas, relações linguísticas. No dizer de Hardt e Negri “a rede tornou-se a forma comum que *tende* a definir nossa maneira de entender o mundo e de agir nele”³⁵.

³⁴ HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Trad. Clóvis Marques. Rev. Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 234. (grifos no original)

³⁵ HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Trad. Clóvis Marques. Rev. Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 234. (grifo nosso)

4.3

A dimensão biopolítica do trabalho imaterial

A pedra de toque do conceito de trabalho imaterial tal qual sustentado por Antonio Negri é a dimensão biopolítica desta nova configuração do trabalho. Significa, inicialmente, dizer que o trabalho deixou a fábrica e a atividade produtiva se estendeu para todos os âmbitos da vida social através de redes de relações. A produção imaterial ou biopolítica ocorre através da cooperação, comunicação e criatividade numa teia de relações sociais estabelecidas entre múltiplas singularidades. O resultado dessa produção é igualmente imaterial e corresponde às formas de vida que resultam desse trabalho. Como afirma Cocco, o que se apresenta é a “produção de *uma subjetividade produtiva de subjetividade*”³⁶, em outras palavras, uma produção de formas de vida através de formas de vida.

A questão biopolítica da produção e do valor é apresentada por Marazzi através da relação homem e mulher e o trabalho doméstico. Como afirma, “o debate sobre o trabalho doméstico, o trabalho reprodutivo ‘historicamente’ desenvolvido pelas mulheres, fornece elementos essenciais para prosseguir na busca das regras e da *unidade de medida* que as define”³⁷. A igualdade entre os sexos afirmada juridicamente não se confirma na dinâmica das relações conjugais, e as atividades domésticas cotidianas expressam essa desigualdade.

Vale mencionar, em meio a infinitos outros exemplos, o lugar das meias: o homem as considera sempre no devido lugar, mas não as mulheres, que por isso mesmo, colocam-nas no lugar que lhes parece correto. Indo além da questão verbal, mandando as meias para o “lugar correto” a mulher cria novo hábito, que desloca as posições iniciais dos dois parceiros, reproduzindo e agravando o contraste entre os sexos.³⁸

O trabalho feminino de “guardar as meias no lugar certo” condensa milhares de anos de divisão de papéis entre homens e mulheres, fazendo com que o trabalho realizado por cada um somente possa ser apreciada devidamente do

³⁶ COCCO, G. *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 170. (grifos no original)

³⁷ MARAZZI, C. *O lugar das meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política*. Trad. Paulo Domenech Oneto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 76. (grifos no original)

³⁸ MARAZZI, C. *O lugar das meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política*. Trad. Paulo Domenech Oneto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 79.

ponto de vista qualitativo. A relação que se estabelece entre trabalho do marido e trabalho da mulher no interior da vida conjugal não pode passar pela dimensão quantitativa como medida de valor econômico.

No trabalho doméstico, como mais adiante no terreno das doenças sexuais, está em jogo a relação de poder e de autoridade. Exatamente por isso, são confrontados critérios *incomensuráveis* de avaliação. É inútil pretender eliminar o poder masculino levando a troca homem-mulher a um regime comum de paridade. Não há paridade, pois nesse intercâmbio haverá sempre um excesso, uma diferença de subjetividade, de história vivida, que escapa a qualquer tipo de redução de unidade convocadas para medir quantidades de trabalho concreto entre coisas qualitativamente não homogêneas.³⁹

Essa incomensurabilidade do valor onde a “medida” depende das relações de poder e das subjetividades constituídas na vida social, e que Marazzi exemplifica na relação entre trabalho masculino e feminino no âmbito familiar, alcança toda a produção capitalista. Como sustenta Negri, “na sociedade pós-moderna o valor do trabalho se apresenta sob a forma biopolítica”⁴⁰.

Essa gama de relações de poder e processos de subjetivação na dinâmica que integra econômico e político é o que exprime o processo de produção biopolítica.

4.3.1

Disciplina, biopoder e biopolítica

Ao conferir à dimensão biopolítica o papel central para a produção imaterial, Hardt e Negri encampam a distinção que vem sendo desenvolvida entre biopoder e biopolítica a partir da obra de Michel Foucault⁴¹.

A compreensão dessa diferença conceitual e de suas diversas implicações deve passar pela análise de alguns conceitos fundamentais desenvolvidos por Foucault: poder, disciplina e biopoder.

³⁹ MARAZZI, C. *O lugar das meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política*. Trad. Paulo Domenech Oneto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 82. (grifos no original)

⁴⁰ NEGRI, A. *Cinco lições sobre império*. Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 263.

⁴¹ A leitura que Negri faz das teses de Foucault é particular e marcada por sua reunião com o pensamento de Marx. Em entrevista a Danilo Zolo, quando questionado a respeito da reunião que faz entre o pensamento de Marx e Foucault, em *Império*, Negri respondeu que “mantivemos juntos Foucault e Marx. (...) hibridei meu marxismo operário com as perspectivas do pós-estruturalismo francês.” NEGRI, A. *Cinco lições sobre império*. Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 23.

Em *O sujeito e o poder*⁴², ensaio em que faz uma espécie de balanço de parte de sua obra, Foucault define poder da seguinte maneira:

Ele [o poder] é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos: ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. *Uma ação sobre ações*.⁴³

No referido texto, Foucault reafirma a necessidade de compreender as dimensões de exercício de poder para que se possa dar conta dos processos de subjetivação, isto é, dos modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos⁴⁴.

Partindo desta compreensão de poder, Foucault desenvolveu seus estudos no sentido de delinear o que chama de técnicas ou dispositivos de poder: a disciplina e o biopoder. A disciplina é concebida como técnica de poder centrada no corpo que o considera como semelhante a uma máquina e age sobre os indivíduos nos seus corpos e comportamentos. Corresponde ao que Foucault chama de uma visada *anátomo-política do corpo humano*. O segundo dispositivo, o biopoder, visa não os indivíduos como indivíduos, mas as populações como conjunto de seres vivos regidos por processos e leis biológicas. O biopoder é exercido sobre os indivíduos como espécie, utiliza a população como máquina para produzir, para produzir riqueza, bens ou para produzir outros indivíduos, numa visada *bio-política das populações*. São dois dispositivos de poder que atuam simultaneamente no processo produtivo.

Foucault faz uma análise microscópica, capilar, das disciplinas definindo-as como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que

⁴² FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P; DREYFUS. *Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. pp. 231-249.

⁴³ FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P; DREYFUS. *Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 243. (grifo nosso)

⁴⁴ FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P; DREYFUS. *Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231.

realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”⁴⁵.

A relação “docilidade-utilidade” é o centro do conceito foucaultiano. A técnica disciplinar age dissociando corpo e mente dos sujeitos. O corpo deve ser adestrado através de movimentos minuciosamente planejados e repetidamente executados, que o tornam “útil” para atender o comando. A mente deve permanecer embotada, entorpecida, a “docilidade” tem como função retirar das condutas, qualquer possibilidade de desvio, toda sua imprevisibilidade, em outras palavras, sua criatividade.

Hardt e Negri valem-se da construção teórica de Foucault, mas o fazem de forma particular como os próprios autores destacam:

As principais preocupações teóricas de Foucault são que a disciplina é disposta por meio de arquiteturas institucionais, que o poder da disciplina está localizado não numa fonte central mas nas formações capilares em seu ponto de exercício, e que as subjetividades são produzidas internalizando-se a disciplina e realizando suas práticas. Tudo isso é igualmente válido para as nossas considerações. Mas nos concentramos principalmente em como as práticas e as relações de disciplinaridade que se originam no regime fabril chegam a cobrir todo o terreno social, como mecanismos de produção de governo, ou seja, como regime de produção social.⁴⁶

Diversamente da disciplina, o biopoder visa o homem como espécie, esta técnica de poder “centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar”⁴⁷.

A análise de Foucault ressalta a relação entre o controle da população e os processos econômicos.

Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de ajustes dos fenômenos de população aos processos econômicos. (...) o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, à articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial dos lucros,

⁴⁵ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhe, 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 133.

⁴⁶ HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Trad. Birilo Vargas, 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 476.

⁴⁷ FOUCAULT, M. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 20ª reimpressão. São Paulo: Graal, 2010. p. 152.

foram, em parte, tornadas possíveis pelo exercício do bio-poder com suas formas de procedimentos múltiplos.⁴⁸

É este o aspecto que Hardt e Negri buscam capturar de Foucault: o quanto o biopoder, assim, como a disciplina, participam dos processos econômicos e os reúne de forma indissociável aos processos políticos do poder e resistência. Referindo-se ao entendimento de ambos, Negri afirma que “a leitura que Foucault faz de Marx, estendendo a genealogia dos processos de exploração da fábrica ao social, é por nós assumida como fundamental”⁴⁹. Hardt e Negri não estão preocupados apenas com o modo pelo qual o capital pode exercer o seu poder, o biopoder, mas estão atentos, sobretudo, às formas de lutas que se desdobram entre poder e resistência.

Já está bastante difundida uma leitura dos escritos foucaultianos que distingue biopoder de biopolítica, esta última concebida como “dimensão produtiva do biopoder”⁵⁰. Judith Revel traça uma diferença elementar entre esses conceitos ao afirmar que biopoder deve ser entendido como *poder sobre a vida*, ao passo que biopolítica deve ser concebida como uma política de expressão do *poder da vida*⁵¹.

As chaves para esta leitura devem ser buscadas na obra de Foucault. Ele afirma que “a relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem, então, ser separadas”, e prossegue, “no centro da relação de poder, ‘provocando-a’ incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade. Mais do que um ‘antagonismo’ essencial, seria melhor falar de um ‘agonismo’ – de uma relação que é ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta”⁵².

⁴⁸ FOUCAULT, M. *A história da sexualidade*: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 20ª reimpressão. São Paulo: Graal, 2010. pp. 153-154.

⁴⁹ NEGRI, A. *Cinco lições sobre império*. Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 24.

⁵⁰ HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Trad. Birilo Vargas, 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 46.

⁵¹ REVEL, J. Resistências, subjetividades, o comum. In. *Lugar Comum*. nº 35-36. p. 107. Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110210120912Resist%C3%A2ncias%20subjetividades%20o%20comum%20-%20Judith%20Revel.pdf. Acesso em: 06 mar. 2013.

⁵² FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS. *Foucault: uma trajetória filosófica* (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. pp. 244-245. Quanto ao termo “agonismo”, o tradutor destaca trata-se de neologismo criado por Foucault para significar “um combate”.

Partindo desse “agonismo” entre poder e liberdade, é possível desenvolver a dualidade: biopoder, como comando do capital, e biopolítica, como afirmação da vida e do trabalho vivo.

Revel toma desde o início a definição foucaultiana de poder como uma ação sobre outra ação. Assim considerada, a relação de poder será sempre uma *reação a uma ação que lhe é anterior*, de tal forma que “o poder é por definição sempre segundo em relação a uma liberdade da qual ele, paradoxalmente, necessita, liberdade que, ela mesma, vem primeiro”⁵³. O poder, então, não produz, ele capturar, dirigir e explorar a existência, a ação livre dos homens.

É porque os homens inventam e criam possibilidades que as relações de poder podem proceder por captura desta abertura. Mas é precisamente nesta diferenciação – entre uma produção e uma reprodução, portanto entre uma ação e uma reação, entre uma criação e uma gestão – que eu enxergo a dissimetria, ou assimetria entre biopoderes e biopolítica; não numa diferença de sinal ou de marca de poder, mas ao contrário, num salto de qualidade, de natureza entre duas realidades perfeitamente incomensuráveis entre si.

A assimetria entre biopoder e biopolítica para Revel é marcada pela “diferença criativa” presente nesta última, a dimensão criativa do poder da vida. É a criatividade que está no centro do processo de produção imaterial, cooperativa, relacional e cognitiva, representando a atual forma de valorização econômica.

4.3.2

Trabalho biopolítico

A expressão trabalho imaterial vem sendo usada de forma recorrente com o sentido dado aqui, mas é reconhecidamente ambígua, Hardt e Negri o dizem textualmente “talvez fosse melhor entender a nova forma hegemônica como ‘trabalho biopolítico’, ou seja, trabalho que cria não apenas bens materiais, mas também relações e, em última análise, a própria vida social”⁵⁴.

⁵³ REVEL, J. Resistências, subjetividades, o comum. In. *Lugar Comum*. nº 35-36. p. 109. Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110210120912Resist%C3%A2ncias%20subjetividades%20o%20comum%20-%20Judith%20Revel.pdf. Acesso em: 06 mar. 2013.

⁵⁴ HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Trad. Clóvis Marques. Rev. Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 150. Ainda segundo os autores, “O adjetivo *biopolítico* indica, assim, que as distinções tradicionais entre o econômico, o político, o social e o cultural tornam-se cada vez menos claras. Mas biopolítica apresenta inúmeras outras

Paolo Virno abordou a questão sob o ponto de vista da relação entre *biopolítica e força de trabalho*.

Parece-me que para compreender o nó racional do termo “biopolítica”, pode-se partir de um conceito distinto, muito mais complicado sob o ângulo filosófico: o da *força de trabalho*. (...) Que significa “força de trabalho”? Significa *potência* de produzir. Potência, isto é, faculdade, capacidade, *dynamis*. Potência genérica, indeterminada: nela não está prescrita uma ou outra espécie particular de ato de trabalho, mas *toda* espécie, tanto a fabricação de uma porta como a colheita de peras, tanto o falatório de um telefonista das *chats-line* como a correção de textos. Força de trabalho é “a soma de todas as aptidões físicas e intelectuais existentes na corporeidade.” (Marx, 1867: I, 195). Note-se: todas. Falando da força de trabalho nos referimos, implicitamente, a toda classe de faculdade: competência linguística, memória, mobilidade, etc. Só hoje, na época pós-fordista, a realidade da força de trabalho está plenamente à altura de seu conceito. Só hoje, isto é, a noção de força de trabalho não é redutível (como na época de Gramsci) a um conjunto de qualidades físicas, mecânicas, mas inclui em si, plenamente, a “vida da mente”.⁵⁵

Em *O Capital*, Marx definiu força de trabalho como potência física e intelectual.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto de faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais se põem em ação todas as vezes que produz valores de uso de qualquer espécie.⁵⁶

Para Marx, força de trabalho é mercadoria vendida pelo trabalhador e comprada pela capitalista, ainda que uma mercadoria com caráter peculiar uma vez que é fonte de valor. Com isso, Marx coloca o trabalho como um fator de produção passivo, que somente é empregado e ativado graças a certa taxa de investimento pelo capital, ele deixa escapar as modalizações qualitativas do trabalhador, suas escolhas, seus comportamentos e decisões⁵⁷.

complexidades conceituais, de modo que a nosso ver o conceito de imaterialidade, apesar de suas ambiguidades, parece inicialmente mais fácil de apreender e mais capaz de indicar a tendência geral da transformação econômica.” HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Trad. Clóvis Marques. Rev. Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 150. (grifos no original)

⁵⁵ VIRNO, P. *Gramática da multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/54970905/Gramatica-Da-Multidao-Paolo-Virno>. Acesso em: 20 fev. 2013. (grifos no original)

⁵⁶ MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Ed. 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 197.

⁵⁷ Marx vê o processo de trabalho da ótica do capitalista: “O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou,

Se a força de trabalho é mercadoria, trabalho é utilização da força de trabalho. Como ressalta Virno, para Marx, a relação capitalista de produção se baseia na diferença entre força de trabalho e trabalho efetivo, “a força de trabalho, repito, é pura potência, muito diferente dos atos correspondentes. Marx escreve: ‘Quem diz capacidade de trabalho não diz trabalho, como quem diz capacidade de digerir não diz digestão’”⁵⁸. Força de trabalho é, assim, potência, algo não atual, não presente, “algo não real que, entretanto, é vendida e comprada como qualquer mercadoria”⁵⁹. Para Virno, são essas características paradoxais da força de trabalho que constituem as premissas da biopolítica.

Ali onde se vende algo que existe só como *possibilidade*, este algo não é separável da *pessoa vivente* do vendedor. O corpo vivo do trabalhador é o substrato daquela força de trabalho que, em si, não tem existência independente. A “vida”, o puro *bios*, adquire uma importância específica enquanto tabernáculo da *dynamis*, da simples potência.⁶⁰

O conceito de biopolítica pode ser utilizado quando se reporta a força de trabalho enquanto possibilidades do ser vivente que trabalha, sua capacidade de falar, de pensar, de sentir, de lembrar, etc., nesse sentido cabe falar em governo da vida, “a vida se coloca no centro da política quando o que é colocado em jogo é a imaterial (e, em si, não-presente) força de trabalho”⁶¹.

A dimensão biopolítica do trabalho imaterial ou o “trabalho biopolítico” põe em questão duas distinções próprias do trabalho material, a distinção entre tempo de trabalho e tempo da vida, e a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

A dimensão biopolítica do trabalho imaterial retira todo sentido da distinção feita por Marx entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Todo

entre coisas que lhe pertencem” MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Ed. 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 219.

⁵⁸ VIRNO, P. *Gramática da multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/54970905/Gramatica-Da-Multidao-Paolo-Virno>. Acesso em: 20 fev. 2013.

⁵⁹ VIRNO, P. *Gramática da multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/54970905/Gramatica-Da-Multidao-Paolo-Virno>. Acesso em: 20 fev. 2013.

⁶⁰ VIRNO, P. *Gramática da multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/54970905/Gramatica-Da-Multidao-Paolo-Virno>. Acesso em: 20 fev. 2013. (grifos no original)

⁶¹ VIRNO, P. *Gramática da multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/54970905/Gramatica-Da-Multidao-Paolo-Virno>. Acesso em: 20 fev. 2013.

trabalho se torna produtivo quando em sua totalidade se desenvolve no âmbito da cooperação.

Ao falar em trabalho produtivo Marx tratava do trabalho material, fundamentalmente do trabalho que produz bens materiais, mercadorias. Ele resistiu em conceber a prestação de serviço como trabalho produtivo, afirmava que o trabalho nesse caso é consumido como valor de uso, ou seja, pela sua utilidade, e não integra o processo de produção capitalista.

Desta forma, uma série de atividades seria retirada do universo do processo de produção capitalista. Mas Marx pareceu constrangido com essa questão, pois ao fim e ao cabo reconheceu que esse trabalho podia ser explorado de maneira diretamente capitalista tanto quanto o trabalho produtivo, ainda que correspondesse a “grandezas insignificantes”.

Em suma, os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores – e, portanto, existentes independentes deles como mercadorias autônomas – e, embora possam ser explorados de maneira diretamente capitalista, constituem *grandezas insignificantes* se os compararmos com a massa da produção capitalista. Por isso, deve-se por de lado esses trabalhos e tratá-los somente a propósito do trabalho assalariado que não é simultaneamente trabalho produtivo.⁶²

No *Capítulo VI inédito de O Capital*, Marx afirma que “é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital”⁶³. Desdobra daí duas conclusões. Primeiramente, por considerar que com a subordinação real do trabalho ao capital o agente real do processo de trabalho é a capacidade de trabalho coletiva e não o operário individual e que os operários que trabalham em cooperação possuem capacidades muito diferentes, afirma que a tendência é que em número cada vez maior as funções da capacidade de trabalho tenham natureza de trabalho produtivo. Segundo, o trabalho só será produtivo se realizado como processo de autovalorização do capital, ou seja, quando o trabalho vivo é diretamente incorporado ao processo de produção capitalista. Nesse ponto, Marx apresenta como necessário que a “cooperação de muitos assalariados” esteja sob “o domínio do capital”, pois “o comando do capitalista no campo de produção

⁶² MARX, K. *Capítulo VI inédito de O Capital*. Trad. Klaus Von Puchen. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2004. p. 116. (grifo nosso)

⁶³ MARX, K. *Capítulo VI inédito de O Capital*. Trad. Klaus Von Puchen. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2004. p. 108. (grifos no original)

torna-se então tão necessários quanto o comando de um general no campo de batalha”⁶⁴.

Esses dois aspectos podem aparecer juntas ou não. Existindo apenas a capacidade de trabalho coletivo, não estando presente a segunda condição, o trabalhador é assalariado, mas não é produtivo, nesse caso o trabalho não estaria investido como fator vivo no lugar do valor do capital variável e incorporado no processo capitalista de produção⁶⁵. Exemplo de Marx é a condição do soldado que é trabalhador assalariado, recebe o soldo, mas não é por isso trabalhador produtivo.

A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo como apresentada por Marx não pode mais ser feita quando o trabalho deixa de se organizar a partir do comando do capital e a capacidade de trabalho socialmente combinada se organiza autonomamente. O trabalho biopolítico é trabalho produtivo em todas as suas expressões.

O trabalho biopolítico afasta outra distinção feita correntemente, a separação entre tempo de trabalho e tempo da vida. Como toda a produção se tornou produção de formas de vida através de formas de vida e a partir da atividade cooperativa todo o trabalho se tornou produtivo, o tempo de trabalho e o da vida são um só.

O trabalho se dá pela expressão coletiva da linguagem, inteligência e afetividade. Por outro lado, os produtos desse trabalho são as próprias relações sociais, são elas que produzem sobrevalor para a produção pós-fordista. Ilustra essa hipótese uma exibição artística qualquer, tanto o artista que se apresenta como o espectador que assiste trabalham. Ambos se inserem numa relação produtiva. O artista executa um trabalho comunicativo, a produção se dá no processo linguístico, mas também há trabalho afetivo nas sensações que o espetáculo deve proporcionar. O espectador está presente nesta relação produtiva de forma ativa, não é um simples consumidor-massa passivo, ele compartilha com o artista um fluxo afetivo que gera valor no processo de produção pós-fordista, um valor incomensurável. Como afirma Maurizio Lazzarato, “aos consumidores-

⁶⁴ MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Ed. 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 383.

⁶⁵ MARX, K. *Capítulo VI inédito de O Capital*. Trad. Klaus Von Puchen. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2004. p. 111.

cidadãos é solicitado um verdadeiro ‘trabalho’, pois a ação do consumidor (os seus desejos e valores) se integra diretamente, como momento criativo, no interior da rede social da empresa”⁶⁶.

Ocorrendo no interior da linguagem e inteligência comuns, ao demandar a criatividade coletiva, o processo de trabalho não se separa mais da vida.

4.3.3

Sociedade disciplinar e subordinação real

O trabalho imaterial não ocupa mais um espaço definido, não se limitado mais ao “chão da fábrica”, está em toda parte, pois o processo de produção passa pela própria cooperação criativa. Hart e Negri enxergam na passagem ao regime de produção pós-fordista a efetivação da subsunção real da sociedade ao capital, não como resultado de uma dinâmica do capital como entendeu Marx, mas como fruto das lutas de classe e demandas da força de trabalho submetida ao governo disciplinar.

Na subsunção formal a produção capitalista incorpora processos de produção social de outros regimes produtivos, como exemplo, o escravo deixa de ser objeto de propriedade e passa a ser força de trabalho remunerada pelo salário, o trabalho independente do mestre de ofício desaparece e este se torna empregado do capitalista. Os processos de subordinação real do trabalho ao capital, ao contrário, não envolve processos de produção externos ao regime capitalista, não há exterior e a disciplina é a chave para entender essa transformação⁶⁷.

O processo de produção fordista é por excelência uma forma disciplinar. Segundo Hardt e Negri, três foram as opções dos governos nacionais para enfrentar a crise capitalista precipitada em fins da década de 1920, o fascismo, o soviétismo e o *New Deal*⁶⁸, três formatações para a mesma matriz disciplinar. O *New Deal* representou a mais alta forma de governo disciplinar.

⁶⁶ LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. p. 63.

⁶⁷ HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Trad. Birilo Vargas, 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 276.

⁶⁸ HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Trad. Birilo Vargas, 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 264.

Uma definição de “sociedade disciplinar” é apresentada por Hardt e Negri a partir das teses de Foucault:

Sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de *dispositivos* ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. Consegue-se por para funcionar essa sociedade, e assegurar obediência a suas regras e mecanismos de inclusão e/ou exclusão, por meio de instituições disciplinares (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante) que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas adequadas para a “razão” da disciplina.⁶⁹

Nesta linha, os autores de *Império* se valem da leitura que Foucault faz de Marx ao estender a genealogia dos processos de exploração da fábrica a toda sociedade⁷⁰, para sustentar que a sociedade resultante do capitalismo industrial é uma sociedade-fábrica, onde a disciplinaridade é ao mesmo tempo processo de valorização e forma de governo, forma de ordenação social em que a produção e a sociedade tendem a coincidir completamente⁷¹.

O Fordismo e o *Welfare State* foram, assim, instrumentos do *New Deal* e devem ser compreendidos como dispositivos disciplinares, ou seja, como técnicas para administração ou regulação de sociedade, desde que esta apresente baixa heterogeneidade e limites bem definidos através das fronteiras dos Estados nacionais.

Com a maturidade das sociedades disciplinares nos países capitalistas dominantes, toda a sociedade com todas as suas articulações produtivas e reprodutivas passou à subordinação do comando do capital e do Estado.

Com as lutas operárias das décadas de 1960 e 1970 e a recusa em massa ao regime disciplinar implodiu-se o Fordismo e exigiu uma nova forma de controle que não poderia mais se dar em termos disciplinares.

⁶⁹ HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Trad. Birilo Vargas, 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 42.

⁷⁰ NEGRI, A. *Cinco lições sobre império*. Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. pp. 23-24.

⁷¹ HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Trad. Birilo Vargas, 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 264.

4.3.4

O não-lugar da exploração

Se a natureza do trabalho produtivo é totalmente social, se o trabalho é coextensivo à vida, a exploração se determina na mesma extensão. No âmbito da produção pós-fordista o trabalho se tornou atividade cognitiva e afetiva, mas permaneceu como trabalho explorado.

A potência produtiva do trabalho imaterial encontra-se na criatividade e cooperação, são esses os centros de produção do valor. É também o que produz o excedente, isto é, “aquele excesso que a atividade (sobre tudo imaterial, a expressão do cérebro) produz sempre e que, subtraindo-se por definição à rotina e à repetição, inventa novas formas de viver e novos produtos da vida”⁷². É deste valor e deste excedente que o capital pretende se apropriar.

Se essa é a natureza pós-moderna do trabalho vivo. E se essas são as condições da valorização da atividade do trabalhador, em que consistirá a exploração? Ela só poderá residir na expropriação por parte do capital do excedente expressivo e da cooperação do trabalho vivo.⁷³

A teoria marxiana do valor fixava a medida do valor na intensidade da exploração da força-trabalho, essa intensidade tinha uma medida temporal, em termos absolutos significava alongar a jornada de trabalho, em termos relativos, implicava em produzir mais em menor tempo. A exploração pós-fordista ocorre na subordinação da linguagem, na precarização do trabalho, na divisão racial do trabalho, em resumo, a exploração se dá pela destruição do comum e expropriação da cooperação.

A função “parasitária” do capital está bem distante da função “progressista” de outrora. Esse parasitismo sobre a vida, sobre a inteligência, a linguagem e os afetos é fundamental uma vez que o cérebro humano se reapropriou dos instrumentos de trabalho.

Em *O Capital*, Marx apresenta o papel do capitalista como organizador do processo produtivo, o provedor dos meios de trabalho e possuidor da mercadoria força de trabalho, tudo isso lhe assegurava o comando do capital. Na produção pós-fordista, o capital só consegue extrair valor com a interrupção dos

⁷² NEGRI, A. *Cinco lições sobre império*. Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 256.

⁷³ NEGRI, A. *Cinco lições sobre império*. Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 256.

movimentos de conhecimento, de cooperação e de linguagem, para retomar o comando precisa bloquear os processos sociais de produção, precisa bloqueá-los porque o excedente do processo de valorização vai além do sua capacidade de comando.

Hardt e Negri exemplificam esse processo de destruição e expropriação com alguns exemplos concretos, como o dismantelamento das instituições de educação pública através da privatização do ensino primário e diminuição de financiamento para o ensino secundário, a restrição à circulação do conhecimento científico produzido nos laboratórios e centros de pesquisa, a generalização do trabalho precário como um mecanismo de controle que destruindo a divisão entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, exige não propriamente que os trabalhadores trabalhem o tempo todo, mas que estejam constantemente disponível para o trabalho⁷⁴. A exploração passa, assim, pela apropriação do valor do comum, pela articulação de hierarquias no tecido biopolítico, pela quebra e controle da cooperação.

Essa predação feita pelo capital é contraditória. Pois se a valorização vem como trabalho cooperativo e criativo, o comum é necessário para que o capital possa repropor a marca da exploração, sua destruição tende à destruição do próprio capital.

Se a exploração está em toda a parte, um não-lugar que é ao mesmo tempo todo lugar, como resistir? As lutas biopolíticas são a extensão da luta das operárias das décadas passadas e a resistência deve se manifesta pela recusa e pelo êxodo, não como simples fuga, mas como projeto e afirmação da autonomia.

O êxodo como resistência à exploração representa o esvaziamento dos locais de poder, como a fábrica, a família, o Estado, até mesmo a vida sexual tradicional, afirmando a autonomia da cooperação e do trabalho criativo. Virno fala de uma “arrojada subtração”, um avesso do desespero que se funda na riqueza das possibilidades.

Em poucas palavras, o *exit* consiste em invenção audaciosa que altera as regras do jogo e enlouquece a bússola do adversário, Basta pensar na fuga em massa do regime da fábrica, posta em prática pelos operários americanos na metade do século XIX. Avançando pela “fronteira” para colonizar terras a baixo custo, eles

⁷⁴ HARDT, M.; NEGRI, A. *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2009. pp. 144-146

aproveitaram uma oportunidade realmente extraordinária para tornar reversível sua própria condição de partida.

Algo similar aconteceu no final dos anos 1970, na Itália, quando a força de trabalho juvenil, contrariando todas as expectativas, preferiu o trabalho temporário e o *part-time* ao emprego fixo na grande empresa. Mesmo que por um breve período, a mobilidade ocupacional funcionou como recurso político, provocando um eclipse na disciplina industrial e permitindo um certo grau de autodeterminação por parte dos trabalhadores.⁷⁵

Reconhecidamente, a mobilidade e a migração da força de trabalho romperam as condições disciplinares às quais os trabalhadores são compelidos, por isso sempre foram duramente reprimidas. Atualmente, esses movimentos são difusos e difíceis de captar, as migrações legais e ilegais, fuga dos países de capitalismo periféricos, os refugiados políticos, a transferência de força de trabalho intelectual, não podem mais ser contidas no interior das fronteiras estatais, como afirmam Hardt e Negri, “essa mobilidade constitui um nível espontâneo de luta”⁷⁶.

Por outro lado, se a exploração passa pela exploração do trabalho da mulher, pela divisão racial do trabalho, pelo trabalho precário do pobre, a resistência propõe também a decomposição de papéis sociais e hibridações, em especial aqueles ligados às relações corporais e às configurações de gênero e sexualidade. Quando a resistência se expressa no corpo, dizem Hardt e Negri, “a primeira condição dessa transformação corpórea é o reconhecimento de que a natureza humana não é, de forma alguma, separada da natureza como um todo, de que não existem fronteiras fixas e necessárias entre o homem e o animal, o homem e a máquina, o macho e a fêmea, e assim por diante”⁷⁷.

A recusa nesse sentido não deve ser simples negativa, precisa ser afirmativa, constituinte, criar possibilidades de emancipação.

⁷⁵ VIRNO, Paolo. *Virtuosismo e revolução*: a ideia de “mundo” entre a experiência sensível e a esfera pública. Trad. Paulo Andrade Lemos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 134.

⁷⁶ HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Trad. Birilo Vargas, 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 233.

⁷⁷ HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Trad. Birilo Vargas, 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 235.

4.4

Multidão: sujeito comum do trabalho

Na perspectiva socioeconômica, a *multidão* é o sujeito comum do trabalho, o sujeito que age baseado no que há de comum – não uma identidade ou uma unidade. O conceito de trabalho imaterial pressupõe a *multidão* como classe econômica. Classe é compreendida por Hardt e Negri como a coletividade que luta em comum, *multidão* é definida, então, como aqueles que trabalham em comum sob o domínio do capital e assim, potencialmente, como a classe daqueles que recusam o domínio do capital⁷⁸.

A multidão deve ser entendida em três aspectos. O primeiro, filosófico, como multiplicidade irreduzível, contrapondo-se ao conceito de povo. O segundo, como conceito de classe, a classe dos trabalhadores imateriais, uma classe que é de fato o conjunto da força criativa do trabalho. Seria este um sentido ligado a uma realidade econômica. O terceiro aspecto, multidão é potência ontológica, isto é, ela encarna um desejo de transformar o mundo, de constituir democracia e emancipar os homens.

Hardt e Negri veem na multidão um conceito de classe que vai além do tradicional conceito de “classe operária” da primeira metade do século XX. Classe operária nesta perspectiva refere-se apenas ao trabalho industrial, excluindo todas as demais classes trabalhadoras. A nova configuração do trabalho que não diferencia trabalho produtivo e trabalho improdutivo impede que persista essa preponderância da classe operária industrial sobre as demais. A multidão que se constitui pelas diferentes singularidades é a classe que luta.

A multidão em seu aspecto socioeconômico não exclui “aqueles que não trabalham”. O trabalho comum da multidão engloba no processo cooperativo os pobres, os desempregados, os não-assalariados, os sem-teto, as donas de casa, os migrantes e assim por diante. Todos estão incluídos na produção social. De fato, o conceito de multidão “repousa na tese de que não existe uma prioridade política entre as formas de trabalho: todas as formas de trabalho hoje em dia são

⁷⁸ HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Trad. Clóvis Marques. Rev. Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 147.

socialmente produtivas, produzem em comum e também compartilham um potencial de resistir à dominação do capital”⁷⁹.

O devir comum do trabalho e a produção do comum não estão circunscritos a uma elite localizada nos países desenvolvidos, pois, “na medida em que a produção social define-se cada vez mais por formas imateriais de trabalhos como a cooperação e a construção de relações sociais e redes de comunicação, torna-se cada vez mais diretamente produtiva a atividades do todos na sociedade, inclusive os pobres”⁸⁰.

“Os pobres”, expressão utilizada por Hardt e Negri, são incluídos na produção através das mais diversas formas de prestação de serviços, mesmo quando bastante precárias, além do papel produtivo da mobilidade provocada pelo fluxo migratório. E mais, como o centro do processo de produção são as competências linguístico-comunicacionais e afetivas, a diversos produtos imateriais da periferia são apropriados pelo capital, um exemplo é a exploração pela indústria fonográfica dos ritmos e músicas das favelas, como o *rap*, o *funk* e samba, este último há tempos transformado em expressão de brasilidade⁸¹.

Hardt e Negri afirmam a multidão não apenas como algo existente, mas também como projeto político a se constituir. Com isso pretendem sustentar que o conceito não se baseia tanto numa análise empírica atual de classe, mas em suas condições de possibilidade. O grau de realidade presente da multidão deve advir do seu aspecto ontológico, como parte do próprio ser social. Por outro lado, a multidão enquanto projeto está ligada ao fato de ser ela condicionada historicamente. Somente pela ação da multidão ontológica, latente, intrínseca ao ser social, pode emergir a multidão como projeto político.

O trabalho imaterial enquanto *trabalho da multidão* é ainda um conceito aberto. Desafia, contudo, uma importante tarefa política, a tarefa de inventar uma linguagem comum de lutas.

⁷⁹ HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Trad. Clóvis Marques. Rev. Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 147.

⁸⁰ HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Trad. Clóvis Marques. Rev. Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 178.

⁸¹ A Bossa-Nova foi um dos mais importantes movimentos da cultura musical brasileira a transformar um ritmo da periferia – o samba – em música para a elite socioeconômica. O “samba da madame” (“Pra que discutir com madame”), de autoria de Haroldo Barbosa e Janet de Almeida, de 1956, incorporado ao repertório de João Gilberto, apresenta em sua letra as categorias sociais que se misturam opondo madame/ópera e samba/música barata/bloco de morro: “Madame diz que o samba tem cachaça, mistura de raça, mistura de cor”. A canção ao final afirma o suposto “elemento de brasilidade”: “O samba brasileiro democrata, brasileiro na batata é que tem valor”.